

VIOLÊNCIA: UMA QUESTÃO MORAL

Sabrina Sacoman Campos Alves

Universidade Estadual Paulista, Campus Marília, Brasil

Adrian Oscar Dongo-Montoya

Universidade Estadual Paulista, Campus Marília, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta nossa pesquisa realizada para verificar se há relação entre desenvolvimento moral e noção de violência em crianças e adolescentes, e se esta relação se estabelece diferentemente em ambientes educacionais cooperativos e coercitivos. Baseamos na teoria da moralidade de Jean Piaget. Trata-se de estudo de casos múltiplos, onde foram entrevistados oitenta sujeitos com idade entre sete e quatorze anos, de duas escolas: uma cooperativa e uma coercitiva. Os resultados apontam relação entre o desenvolvimento do respeito e a noção de violência. No ambiente cooperativo os sujeitos apresentam maior desenvolvimento moral e uma avaliação mais crítica da violência.

Palavras-chave: Juízo moral, violência, ambientes sociomorais.

Introdução

A violência não se trata de um fenômeno exclusivo dos tempos atuais, ela esteve presente em toda a história da humanidade, apresentando-se de diferentes formas em cada lugar e tempo, como nos coloca Zaluar (1996). Mesmo as sociedades tribais primitivas, por exemplo, já possuíam suas formas próprias de violência, muitas vezes consequência das guerras e disputas entre tribos.

Contudo, as formas atuais da violência têm assumido proporções grandiosas. Vários estudos têm demonstrado que a violência tem se apresentado muito intensa nas últimas décadas. Segundo Adorno, “Não obstante os avanços democráticos e as profundas modificações pelas quais a sociedade brasileira tem passado nos últimos quinze anos, o regime democrático coincide com a ocorrência de uma verdadeira explosão de violência no seio da sociedade” (Adorno, 2002, p. 98).

As instituições, dentre as quais as educacionais e as socioeducativas, também têm sido atingidas pela presença e pelas consequências da violência. Muitas destas instituições, inclusive, acabam por estabelecer uma forma de violência própria, em função da maneira como as regras são colocadas e vivenciadas (Justo, 1997).

Frente a este panorama, acreditamos ser essencial entender como os sujeitos compreendem este fenômeno e como esta compreensão se relaciona às questões morais, visando uma reflexão que possibilite aos educadores construir melhores caminhos para uma educação para a paz. Assim buscamos responder aos seguintes questionamentos: Existe uma relação entre o desenvolvimento do respeito e a elaboração da noção de violência em crianças e adolescentes? E essa relação se modifica em sujeitos de ambientes educacionais diferentes?

Para respondermos a tais questionamentos entrevistamos oitenta crianças e adolescentes, com idades entre sete e quatorze anos, de duas escolas particulares. Uma das escolas se caracteriza por apresentar um ambiente sociomoral coercitivo, enquanto a outra escola se caracteriza por apresentar um ambiente sociomoral cooperativo. Para pensarmos a questão da moralidade presente no juízo das crianças e adolescentes sobre o fenômeno da violência, buscamos compreender melhor como ocorre a construção da moralidade nos sujeitos, baseando-nos na teoria de Jean Piaget.

Cada entrevista constou de cinco histórias com conteúdo moral, escritas e utilizadas anteriormente pelo próprio Piaget, e, três histórias e entrevista pessoal sobre violência, desenvolvidas por nós. Na análise dos dados, inicialmente, verificamos como ocorre o desenvolvimento de cada uma das variáveis: a violência e o respeito, visto como essência da moralidade. Depois, analisamos a correlação entre o desenvolvimento do respeito e da violência. Por fim, realizamos a comparação entre os resultados dos grupos das duas escolas, observando as influências dos ambientes sociomorais sobre as noções das crianças.

Relação entre juízo moral e violência

Para definir o que é a moral, Piaget, logo no início de sua obra “O Juízo Moral na Criança” (Piaget, 1994), explica que “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (Piaget, 1994, p. 23). O autor deixa explícito neste trecho que o respeito às regras é aspecto central para compreendermos a moralidade e, no decorrer desta mesma obra ele nos explica que, o respeito que o sujeito estabelecerá pela regra está relacionado ao respeito que este mantém com quem constrói ou transmite esta regra, ou seja, com o adulto ou o mais velho.

Este respeito entre os sujeitos é fruto do tipo de relação social que é estabelecida. Quando a relação predominante é a coação, existe entre os sujeitos uma forma de respeito chamada de respeito unilateral, em que existe uma desigualdade entre aquele que respeita e o que é respeitado. Quando o que predomina é o respeito unilateral, a regra é considerada pela criança como obrigatória, coercitiva e imutável, devendo-se apenas conformar-se a ela e cumpri-la. Por outro lado, quando a relação predominante é a cooperação, existe entre os sujeitos uma forma de respeito chamada de respeito mútuo, em que os sujeitos se consideram como iguais e se respeitam reciprocamente. Diante desta segunda forma de respeito, a regra se torna cooperativa, ou seja, fruto da cooperação entre os sujeitos, podendo ser construídas e modificadas a partir do acordo mútuo e considerando a reciprocidade.

Estes dois tipos de respeito conduzem, portanto, a duas formas distintas de moral: a heteronomia e a autonomia. A heteronomia, a primeira forma de moral que é vivenciada pelo sujeito, trata-se de uma moral exterior ao indivíduo, ou seja, as regras são impostas pelo outro, mais velho, que para o sujeito é visto como uma autoridade, e devem ser aceitas. Trata-se, portanto, da moral da obediência ou “do dever”, como coloca Piaget, em que as regras são consideradas sagradas, imutáveis e obrigatórias, sendo obedecidas não por compreensão, mas pelo dever de obedecer à autoridade. A relação entre os sujeitos, portanto, é baseada na coação.

Na heteronomia o sujeito vivencia o que Piaget denominou “Realismo Moral”, ou seja, a tendência em considerar as regras e seus valores como subsistentes em si e obrigatórios independente das circunstâncias. O realismo moral é resultante do encontro entre o egocentrismo infantil e a coação adulta. Então, são características deste realismo moral a criança considerar a regra como algo externo, proveniente do adulto, que deve ser seguido ao pé da letra. É característica, também, deste período o julgamento baseado na responsabilidade objetiva.

A responsabilidade objetiva, produto da coação moral, leva a criança a realizar um julgamento moral em função das consequências materiais e não das intenções envolvidas. Sendo as regras exteriores à criança, torna-se crucial que esta a obedeça fielmente e não a modifique. Nesse tipo de julgamento, então, a criança acaba por propor sanções expiatórias, muito rígidas, para as faltas que resultaram em prejuízo material.

Já a autonomia, que é uma possibilidade dentro do desenvolvimento moral do sujeito, é uma moral interior ao indivíduo, ou seja, as regras são construídas pelo próprio sujeito em um acordo mútuo com o coletivo. As regras somente são obrigatórias quando compreendidas e consentidas pelo sujeito, podendo ser modificadas de acordo com a vontade do sujeito e do

grupo. A relação entre os sujeitos é baseada na cooperação. A autonomia requer que o indivíduo seja capaz de se colocar no lugar do outro e fazer com que os valores sejam universais.

Na autonomia o sujeito realiza julgamentos morais pautando-se na responsabilidade subjetiva, que é marcada pela capacidade de se descentrar. O sentimento de dever em relação à regra ou a valores está ligado à cooperação. Então, não são mais as consequências materiais que são levadas em conta ao realizar um julgamento moral, mas as intenções envolvidas na situação. Desta forma, quando se vê a necessidade de aplicar uma sanção, opta-se por uma sanção mais leve e relacionada ao ato cometido.

Entendendo a moralidade desta forma como propôs Piaget, acreditamos que o desenvolvimento moral do sujeito está diretamente relacionado com a construção da noção de violência e, em decorrência disso, o sujeito será então capaz de avaliar situações que envolvam este fenômeno. Para que a sociedade possa conviver pacificamente se faz necessária a construção de regras, que sejam compreendidas, aceitas e concordadas por todos. A forma como os sujeitos respeitam estas regras, a si próprio e as pessoas que as transmitem pode fazer com que determinadas situações tomem caráter violento ou não.

Diversos autores que pesquisam sobre a violência têm buscado conceituá-la, e isto não é tarefa fácil, pois as diversas formas e intensidades que este fenômeno assume o tornam muito complexo. La Taille (2009), tratando da violência, busca seu significado no dicionário e encontra como definição a coação, ou seja, o emprego da força para constranger o outro, fisicamente ou psicologicamente. Nesta perspectiva, a violência supõe a privação da liberdade da pessoa violentada e o abuso de poder de quem violenta. A violência e a moral se aproximam, sob esta perspectiva, já que a violência está baseada na forma como se dá o respeito entre as pessoas e entre as pessoas e as regras.

Ações em que se tem a coação, em que há emprego da força, seja ela física ou não, com uma intenção negativa, desrespeitam a integridade do outro, negando-o como sujeito e tratando-o como um objeto que pode ser manipulado. O desrespeito à integridade do outro é violência, pois supõe o interesse somente no bem próprio (individual e coletivamente). Concordamos com a definição de La Taille a respeito da violência, vista do ponto de vista da moral: “Podemos, portanto, no plano moral, nos inspirar no imperativo categórico kantiano e definir violência como um ato que coloca outrem como meio e não como fim. A violência traduz um uso instrumental de outrem, uma negação de seu estatuto de sujeito”. (La Taille, 2009, p. 3322).

Tognetta (2005, 2008, 2010) também salienta as questões morais presentes na violência, destacando, inclusive, o respeito como fator essencial neste sentido. A autora destaca que os sujeitos que praticam violência não respeitam o outro, uma vez que não mantêm por si um autorespeito.

Entendendo a moral e o seu desenvolvimento assim como nos coloca a teoria de Piaget, evidencia-se que a violência possui características morais e que o respeito é aspecto central na construção da noção de violência dos sujeitos, o que reflete na forma como estes avaliam situações de violência. Tomando esta hipótese por base, realizamos nossa pesquisa de campo, cujos procedimentos e resultados serão a seguir apresentados.

A pesquisa

Para verificar se existe relação entre o juízo moral, mais especificamente entre a noção de respeito, e a avaliação de situações de violência em crianças e adolescentes, realizamos entrevistas pautadas no Método Clínico desenvolvido por Piaget, com oitenta sujeitos com idade entre sete e quatorze anos, frequentadores do Ensino Fundamental. Para verificar se o ambiente educacional sociomoral influencia nesta questão, realizamos a pesquisa em duas escolas com ambientes sociomorais diferentes, assim: quarenta sujeitos desta pesquisa são frequentadores de uma escola com ambiente sociomoral cooperativo e quarenta sujeitos são frequentadores de uma escola com ambiente sociomoral coercitivo.

Realizamos observações, entrevistas com os educadores, análise documental e, posteriormente, aplicamos um instrumento desenvolvido por Tognetta (2003), que se trata de uma escala de caracterização de ambiente, para garantirmos que, de fato, as escolas onde desenvolvemos a pesquisa possuíam o tipo de ambiente que precisávamos, sendo um coercitivo e um cooperativo.

O ambiente sociomoral coercitivo constava de práticas pautadas prioritariamente no respeito unilateral, e o grupo de alunos que entrevistamos nesta escola foi denominado G1. O ambiente sociomoral cooperativo possuía práticas pautadas prioritariamente no respeito mútuo, e o grupo de alunos que entrevistamos nesta escola foi denominado G2.

Ao entrevistar as crianças, de forma individual, contávamos as histórias e pedíamos que a criança recontasse, para sabermos se realmente havia compreendido; em seguida, utilizando o Método Clínico, iniciávamos um diálogo em que algumas perguntas eram direcionadas, mas, principalmente, em que se buscava deixar que a criança colocasse sua argumentação e as perguntas se direcionassem em compreender o raciocínio que a fez chegar à determinada conclusão.

Em nossa análise de dados, primeiramente, realizamos uma avaliação geral das entrevistas de acordo com as faixas etárias, ou seja, sujeitos de ambas as escolas foram agrupados, respeitando uma divisão de idade (7 e 8 anos, 9 e 10 anos, 11 e 12 anos, e, 13 e 14 anos), para analisarmos as respostas sobre respeito e sobre violência com todos os sujeitos. Em seguida, realizamos a análise da frequência destas respostas, de forma geral (sem distinguir a escola) e em cada um dos grupos (G1e G2). Depois, realizamos a análise da correlação entre as o desenvolvimento do respeito e a avaliação das situações de violência, de forma geral e depois em cada um dos grupos. Por fim, realizamos a análise dos resultados encontrados nas entrevistas de acordo com o referencial teórico abordado.

Resultados

Para analisar as respostas dos sujeitos a cada uma das histórias contadas com conteúdo moral, seguimos os mesmos critérios utilizados por Piaget (1994). As respostas que se pautaram em responsabilidade objetiva, sanção expiatória, autoridade e responsabilidade coletiva foram julgadas como respeito unilateral. As respostas, por outro lado, que se pautaram em responsabilidade subjetiva, sanção por reciprocidade, igualdade e responsabilidade individual foram julgadas como respeito mútuo. Existiram, em todas as histórias, os casos intermediários, que se tratam daqueles que oscilam entre as respostas. Citaremos apenas alguns exemplos de respostas.

Exemplo de respostas guiadas pela autoridade:

OTA (4º ano/ 9 anos) - História de compras: (Conta corretamente a história) O que você acha disto? *Certo por que o filho nunca pode desobedecer o pai, nem resmungar. É justo? É. Por quê? Porque os filhos têm que obedecer sempre às ordens do pai, se não obedecer fica de castigo.*

Exemplo de respostas guiadas pela igualdade:

VIT (8º ano/ 13 anos) - História de compras: (Conta corretamente a história) O que você acha disto? *É injusto, porque são duas crianças, tem que dividir... Um dia você vai, um dia você... Por que são dois filhos, tem que balancear as atividades dos dois. Mas o pai quis assim? Mesmo assim, então tem que chamar o pai e conversar entendeu? Falar o que acha, o que pensa. O que seria justo? Dividir as tarefas entre os dois.*

Exemplo de respostas consideradas casos intermediários:

MAI (4º ano/ 9 anos) - História de compras: (Conta corretamente a história) O que você acha disto? *É que o pai falou sempre pro que não resmungo, porque o outro lá, que fica falando, pode ir comprar de mau humor, sem ser aquele que não gosta e vai quieto. É justo?*

Não, porque os dois têm que ir, porque tem que aprender que não pode ficar resmungando, tem que sempre obedecer. Mas se o pai que quis assim? Mas não é muito certo né... O que seria justo? Que os dois ia sem resmungar, um de cada vez ou os dois juntos no dia.

Para analisarmos as respostas dos sujeitos às histórias com conteúdo de violência e à entrevista pessoal sobre violência pautamo-nos na questão do respeito e utilizamos os critérios de respostas “Princípios Externos”, “Princípios Internos” e casos “Intermediários”. As histórias apresentaram situações de racismo, agressão física e bullying. Na entrevista pessoal, buscamos avaliar se o sujeito reconhece que as histórias anteriormente contadas a eles apresentam situações de violência, se reconhece situações de violência vivenciadas em sua própria vida, quais os sentimentos da pessoa que exerce violência e da pessoa que é violentada, e, como define violência. Então, analisamos como respostas pautadas em princípios externos aquelas que recorrem especificamente a questões de pura agressão física, crime, autoridade e outros aspectos que não enxergam a questão da intencionalidade em desrespeitar o outro. As respostas que se pautaram no respeito, na igualdade, no colocar-se no lugar do outro e em outros aspectos que remetem a valores de bem, foram avaliadas como pautadas em princípios internos. Os casos considerados intermediários foram aqueles em que os sujeitos alternaram-se entre princípios internos e externos.

Exemplo de respostas pautadas em princípios externos:

JEF (6º ano/ 11 anos) - Entrevista – Bloco4 (Definição de Violência): Como você define violência? *Bater nas pessoas. Por que isso é violência? Porque se tá relando na pessoa. E o que não é violência? Xingar. Por que isso não é violência? Porque eu acho que xingar é bullying e bullying eu acho que não é violência.*

Exemplo de respostas pautadas em princípios internos:

HUG (7º Ano/ 12 anos) - Entrevista – Bloco4 (Definição de Violência): Como você define violência? *Qualquer coisa que você faça intencionalmente e que deixe uma pessoa triste, uma pessoa magoada, uma pessoa nervosa, isso é violência. E o que não é violência? Não violência é uma forma civilizada de tratar as pessoas. Se você tem um problema vai lá e conversa, por exemplo. Não fica querendo destruir.*

Exemplo de resposta considerada caso intermediário:

LUI (3º ano/ 8 anos) - Entrevista – Bloco4 (Definição de Violência): Como você define violência? *Violência é bater, ficar xingando o outro, porque quer machucar e ofender. E o que não é violência? Não é... Violência não é... Falar educado com a pessoa, baixo, não precisa gritar... Tratar bem, respeitar, sem querer machucar e ofender.*

Ao analisar os dados encontrados no geral, sem separar ainda cada um dos grupos de acordo com o ambiente sociomoral, constatamos que há uma evolução do desenvolvimento da noção de respeito, partindo do respeito unilateral para o respeito mútuo, o que reafirma os resultados encontrados por Piaget (1994). Também constatamos que há, igualmente, uma evolução do desenvolvimento da avaliação de situações de violência, partindo das avaliações pautadas em princípios externos para as avaliações pautadas em princípios internos. Notamos, ainda, que estas evoluções ocorrem solidariamente, demonstrando uma relação entre o desenvolvimento de ambas as variáveis.

Ao analisarmos os dados obtidos nos grupos em separado, primeiramente no G1, que vivencia um ambiente educacional sociomoral coercitivo, e depois no G2, que vivencia um ambiente sociomoral cooperativo, constatamos que há, também, um desenvolvimento de ambas as variáveis, de forma solidária, nos dois grupos.

Chegamos à conclusão, portanto, de que há relação entre o desenvolvimento moral, mais especificamente entre a noção de respeito e o desenvolvimento da avaliação de situações de violência em crianças e adolescentes com idade entre sete e quatorze anos.

Esta relação foi encontrada tanto na análise qualitativa como quantitativa dos resultados, concretizadas por meio de cruzamento dos dados, relação dos dados com o referencial teórico, e testes estatísticos.

A comparação estatística entre os grupos G1 e G2 por faixa etária demonstra que as variáveis do respeito unilateral e da violência pautada em princípios externos apresentam números maiores entre os sujeitos do grupo G1; e as variáveis respeito mútuo e violência princípio interno apresentam números maiores entre os sujeitos do grupo G2. Ainda, que a faixa etária entre sete e oito anos foi a que apresentou, de modo geral, maior incidência de diferença significativa entre os grupos.

Conclusões

Concluimos que os resultados encontrados em nossa pesquisa demonstram que há relação entre o desenvolvimento do respeito e a avaliação da violência nas crianças e adolescentes desta pesquisa. Existe uma psicogênese do respeito em tais sujeitos, ou seja, um desenvolvimento do respeito unilateral em direção ao respeito mútuo, paralelamente ao desenvolvimento na forma de compreender e avaliar a violência.

Verificamos, ainda, que o ambiente educacional sociomoral cooperativo apresentou um número maior de sujeitos nos quais prevalece o respeito mútuo e a avaliação crítica da violência, pautando-se em princípios internos. Isto ocorre tanto no geral como em cada faixa

etária pesquisada. Notamos, também, uma antecipação dos sujeitos deste ambiente educacional no desenvolvimento do respeito e na avaliação crítica da violência, sendo que na primeira faixa etária pesquisada, ou seja, nos sujeitos com idade entre sete e oito anos, já encontramos um número significativo de sujeitos com estes tipos de juízo.

Tais resultados estão em consonância com a explicação de Piaget sobre a moralidade. Afinal, o próprio Piaget (1994) ressaltou que é vivenciando a cooperação e o respeito mútuo que a criança se desenvolve moralmente e pode chegar à autonomia.

A nossa contribuição com esta pesquisa se voltou à procura de explicações, do ponto de vista psicogenético, quanto às origens da violência junto ao desenvolvimento da moralidade na criança.

Nossos resultados nos levam a refletir sobre a situação atual da educação e de como a violência vem sendo encarada e combatida pela escola. A grande parte das realidades educacionais que conhecemos não está preparada para formar sujeitos autônomos e lidar com as situações de violência.

Muitas vezes a disciplina, ou melhor, a indisciplina, é o foco principal da escola, que deixa de lado questões muito importantes, como o desenvolvimento moral e a formação de sujeitos críticos e humanizados. Como pensar em uma construção de valores e princípios morais que norteiem a avaliação da violência respeitando o outro se para a escola, na maioria das vezes, determinadas regras autoritárias e sem sentido são mais valorizadas do que as próprias pessoas?

Grande parte das escolas insiste em perpetuar um sistema educacional autoritário, reforçador da heteronomia, acreditando que os valores e princípios, assim como os conteúdos das disciplinas, podem ser incutidos nos sujeitos. Formam, na verdade, sujeitos incapazes de se colocar no lugar do outro, de respeitar a integridade do outro como gostariam de ser respeitados.

A presente pesquisa nos demonstra que é possível oferecer às crianças e adolescentes um ambiente educacional sociomoral cooperativo, favorável ao desenvolvimento moral e à construção de uma noção de violência pautada em princípios como o respeito.

Segundo Piaget (1994, p.155), “A autonomia só aparece com a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado”.

Notamos, nas respostas dos sujeitos que possuem um maior desenvolvimento do respeito e uma avaliação mais crítica da violência, pautada em princípios internos, como o outro é levado em consideração, como o respeito ao outro, que está diretamente ligado ao

respeito a si e aos valores e princípios construídos no sujeito, é fator fundamental para avaliar a violência.

Podemos, então, como educadores, compreender que é preciso refletir cada vez mais sobre esta relação entre o respeito e a violência, para que a nossa ação seja direcionada por esta concepção. É nosso papel propiciar às crianças e adolescentes ambientes educacionais em que o desenvolvimento moral seja favorecido e em que a violência possa ser vista de uma forma crítica.

Uma educação para a paz pede que meninos e meninas aprendam a colocar-se no lugar do outro e compreendam que o bem e o respeito deve ser o fim das relações.

Referências

- Adorno, S. (2002). Adolescentes, crime e violência. In: Abramo, H. W., Freitas, M. V. & Sposito, M. P. (2a ed.), *Juventude em debate*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Justo, J. S. (1997). A institucionalização vivida pela criança de orfanato. In: Merisse, A. *Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato* (pp. 71-92). São Paulo, Brasil: Arte e Ciência.
- La Taille. Y. (2009). Moralidade e violência: a questão da legitimação dos atos violentos. *Temas em Psicologia*, 17, 329-341.
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo, Brasil: Summus.
- Tognetta, L. R. P. (2003). *A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista*. Campinas, Brasil: Mercado de Letras.
- Tognetta, L. R. P. (2005). *O mapa do problema escolar: quando a cidadania parece não ser possível*. Anais do XXII Encontro nacional de professores do PROEPRE, Águas de Lindóia, Brasil..
- Tognetta, L. R. P. (2008) *Violência na escola x violência da escola*. Anais do VIII Congresso nacional de educação da PUC/PR e III Congresso ibero-americo sobre violências nas escolas- CIAVE, Curitiba, Brasil.
- Tognetta, L. R. P. (2010). *Um panorama geral da violência na escola... e o que se faz para combatê-la*. Campinas, Brasil: Mercado de letras.
- Zaluar, A. (1996). *Da revolução ao crime S/A*. São Paulo, Brasil: Moderna.